

Gestos de pesquisa: para depois de amanhã, hoje

Antonio Carlos Aleixo¹

Resumo: O texto, ancorado no gênero ensaio, socorre-se, em grande parte, na subjetividade, para traçar um ponto de vista sobre as condições históricas do aparecimento e desenvolvimento do Núcleo de Pesquisas Multidisciplinares (NUPEM), da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. Procura expor as condições internas da história recente da instituição, especialmente nos últimos dez anos, e tenta localizar a função que o NUPEM vem desempenhando na sua proposta diretriz. Neste caso, são referenciados tanto os atores quanto os objetivos e os desdobramentos de cada período, desde 2007 até 2009.

Palavras-chave: FECILCAM, NUPEM, Pesquisa.

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios...

Karl Marx

O convite, da parte dos membros do Comitê Assessor Local, para escrever sobre os dez anos do NUPEM, permite a pessoalidade, pois estamos no interior do movimento que opera o desenvolvimento da pesquisa, sobretudo neste momento, na Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM. Como se trata de uma edição comemorativa e toda comemoração é um marco de algo que se imagina relevante para o grupo, vale destacar que estamos no interior, portanto, de um movimento científico que não fracassou, ou, caso alguém prefira, de uma atividade que passou por desgastes e percalços e encontra, neste ano de 2009, dez anos depois dos primeiros ensaios, provavelmente seu momento mais estável, capaz de planejar o futuro.

A pessoalidade, todavia, não me dá salvo conduto para obscurecer a opção de olhar para o passado, se bem que estamos mais propensos, neste momento, a produzir nossas condições de existência futura, que a louvar feitos históricos.

Não se pode, de qualquer maneira, comemorar sem convocar a

Revista NUPEM – Edição Comemorativa, Campo Mourão, v. 1, n. 1, 2009

fundação do ato que se comemora, ainda que os remetentes do convite me indiquem os parâmetros do texto: contexto atual, importância da pesquisa para este contexto, políticas contemporâneas, inserção da FECILCAM na região.

Portanto, ao texto.

Uma boa pergunta poderia ser: que circunstâncias eram aquelas que nos colheram em 1999 e com as quais, ou contra as quais seguimos nosso caminho? A outra: quais são as circunstâncias atuais, para organizarmos nossa história?

O final da década de 1990, na FECILCAM, pouco nos oferecia das reflexões e enfrentamentos que uma parte da intelectualidade brasileira fazia contra as políticas neoliberais na economia e contra o consenso pós-moderno na cultura. Fernando Collor de Mello (1990 – 1992) já fora descartado em 1992, após uma derrapagem não planejada pela elite brasileira, e estávamos no auge da pretensa hegemonia discursiva dos “novos tempos” no Paraná e no Brasil: reformas internas na administração de pessoal, quase sempre limitando contingente público e terceirizando serviços; estabilidade econômica como guia; privatizações; ameaças de extinção da gratuidade do ensino superior; possibilidades de criação de centros de excelência em pesquisa; enxugamento e racionalização de todos os serviços públicos. Vale lembrar que dois anos depois da criação do NUPEM, nos debatíamos contra o modelo de Universidade Paranaense (UNESPAR) apresentado pelo governo paranaense Jaime Lerner (1995 – 2003), que propunha um modelo restrito de gestão, com poucos professores e um estatuto permissivo.

Se não refletíamos o neoliberalismo em ação, as ações do projeto econômico eram sentidas no cotidiano. Entre os anos de 1998 e 2003, é bom lembrar, o Instituto Mourãoense de Ensino, Pesquisa e Extensão (IMEPE) – instituto criado no interior da FECILCAM, com o intuito inicial de financiar pesquisa e extensão – foi o grande propulsor de recursos para compensar os baixos salários de professores e funcionários, para suprir contratações de pessoal e para cobrir gastos não permitidos pelo reduzido orçamento do tesouro. Um rápido olhar nas contas pagadoras do IMEPE leva à constatação de que muitos operadores de cursos de pós-graduação conseguiam

triplicar seus salários auferidos em folha de pagamento do Estado. Não sem a conivência precisa de órgãos reguladores, que se baseavam nas esfumaçadas teorias do fim do estado e do fracasso das políticas públicas para permitir a flexibilização das regras. Evidentemente, esta posição não é endossada por todos. Ao contrário, o discurso que vicejou na FECILCAM por um bom tempo fazia crer que o instituto foi e era o antídoto ao fim do Estado, o “parasita positivo” e não o seu resultado mais visível no cotidiano. Veja-se:

Não obstante as várias dificuldades que se apresentaram no processo, tal fato aconteceu e, devido à atuação do IMEPE, a FECILCAM pôde, não só enfrentar, de pé, a onda da privatização, quanto promover um verdadeiro surto de desenvolvimento atingindo, desde o investimento direto na qualificação de especialistas e mestres, até a sustentação de parte de seu quadro de professores e parte ainda maior do quadro de seus funcionários (Sartori & Casemiro, 2003, p. 23).

O Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar da FECILCAM surge neste contexto, como possível consequência de um discurso em direção à Universidade da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM), iniciado em 1997. Há que se destacar o papel da professora Sinclair Pozza Casemiro, nesta situação. Eleita vice-diretora da instituição em 1993, e diretora em 1997, nos dois casos com amplo apoio da comunidade acadêmica, foi atora de administração exatamente no período em que as políticas públicas mais sofreram ataque privado. A centralização no sujeito individual, no personalismo da gestão e as condições de desorganização das práticas coletivas na FECILCAM permitiram, ao mesmo tempo, uma tentativa de adequação ao discurso hegemônico de então e reações ao modelo. Nos dois casos, os fenômenos políticos se davam mais como práticas espontaneístas que como ações organizadas.

Deve-se ressaltar, como condicionantes políticos, tanto a emergência da FECILCAM como IES privada até 1986, quanto a natureza de seus cursos iniciais: os cursos de licenciatura estavam amparados num quadro de pessoal endógeno, em sua ampla maioria oriunda das escolas de educação básica; os cursos de bacharelado eram sustentados por

professores com carga horária T-20 ou T-10, consequência imediata de suas outras atividades na iniciativa privada, em Campo Mourão ou Maringá, especialmente. A restrita formação acadêmica, insegurança na carreira docente, ausência do regime de dedicação exclusiva, limitados concursos públicos e melhores salários na iniciativa privada desmotivavam, certamente, a cristalização de um corpo acadêmico com identidade capaz de sonhar práticas universitárias tradicionais, quanto mais um novo modelo de ensino superior.

Manda, o dever disciplinado do analista, registrar que, embora de orientação objetiva semelhante, houve uma diferença de estilo entre a direção de 1997/2001 e a de 2001/2002/2005. A capacidade aglutinadora da primeira, dadas as condições pessoais, intelectuais e históricas da primeira, não se confirmou na segunda. O que provocou, inclusive, o afastamento político do pensamento e das práticas daqueles que haviam sustentado, ideologicamente, tanto a campanha a vice-direção em 1993, quanto a vitoriosa eleição de 1997.

De qualquer maneira, as ações da direção que se iniciou em 1997 criaram as condições imediatas para incluir em Programas de Pós-Graduação docentes das licenciaturas e dos bacharelados da FECILCAM. Para suprir a falta de recursos humanos, a distância das Universidades e a falta de planejamento da Secretaria de Ensino Superior (SETI) para formação docente, a opção pelos Programas de Mestrados Interinstitucionais parecia a mais adequada.

Entre as ações do período pode-se destacar a disposição para se implantar o regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE) e, sua exigência imediata: ser professor T-40 e desenvolver um projeto de pesquisa, de extensão ou, ainda, ter uma iniciativa administrativa. Este foi o caso da professora Zueleide Casagrande de Paula, que, ao concluir o Mestrado em História, propôs-se a organizar o Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar que daria suporte para a pesquisa institucional. A primeira Semana de Iniciação Científica deu-se no ano de 2000, quando já computava, além dos primeiros trabalhos de iniciação científica, os resultados iniciais dos Programas de Mestrados Interinstitucionais realizados com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), UNESP e UEM.

Como o enunciado histórico precedia o seu conteúdo, o discurso do desenvolvimento e a euforia em torno da unidade de ação para a “nossa universidade” não permitiu, naquele momento, levantar questões como: por que não regulamentava já, em 2000, as ações do NUPEM? Por que não se instituíam as bolsas de pesquisa para acadêmicos já em 2000, visto ser aquele o ano em que o IMEPE mais arrecadou? Talvez porque tais perguntas poderiam fazer surgirem outras, como: Qual é e como tem sido a arrecadação do IMEPE? O que tem aportado os recursos do IMEPE? Por que a Fundação Araucária não financia Faculdades? Que modelo econômico subjaz a isso tudo?

A opção por apagar as divergências e estabelecer a hegemonia discursiva apagava também a possibilidade de se avançar mais em direção a uma prática política que se opusesse ao governo da época. O que se viu foi certo arranjo, ou, se preferir, uma tentativa de juntar-se aos vencedores para tentar um espaço por dentro do modelo. As atas das reuniões da Congregação realizadas naquele período (órgão deliberativo máximo da FECILCAM até 2008), registram apenas os resultados das decisões e omitem os embates propostos pelas posições políticas minoritárias que reivindicavam o direito a empreender outra tática política para se conquistar a Universidade. O caso mais significativo que pode ser citado foi a tentativa de se realizar, junto às demais universidades do Estado, a greve de 2002: por três vezes a Assembléia votou pela greve e por três vezes a direção de então conseguiu desmobilizá-la. Ao invés de acordos com prefeitos e deputados ligados ao Governo do Estado, Associação Comercial e aliança com o capital privado, circulava, pelas minorias, a proposta de alianças com grupos de menor prestígio junto à nova ordem neoprodutivista/neotecnicista, como Associações de Moradores, Sindicatos de Trabalhadores e Estudantes.

A contradição se dava no seguinte ponto: uma das condições para a FECILCAM ser Universidade era ter uma ação explícita vinculada a um programa de pesquisa, que, por sua vez, não recebia recursos do Governo Estadual de então. O instituto privado criado para suprir a falta do Estado acabou enredando seus operadores pela capacidade de arrecadação e transferência de recursos para os indivíduos, que por sua vez, ao invés de se

dedicarem coletivamente a um projeto de Universidade, optaram pela manutenção da própria máquina do instituto. Ou seja, para mantê-lo seria necessário dedicar mais tempo ao próprio IMEPE, e dedicar-lhe mais tempo significou abrir mão, inclusive, de dedicar-se ao suposto fim para o qual foi criado.

O NUPEM, que seria estratégico na criação das condições para a Universidade da COMCAM, careceu de pessoal, equipamentos, bolsas de pesquisas e até de espaço físico para funcionamento. Um exemplo claro de tal opção pode ser o “salário” pago aos dirigentes do IMEPE. Até 2005, cinco funcionários do IMEPE recebiam em salários, no conjunto, o valor equivalente a, aproximadamente, 15 bolsas de Iniciação Científica que a Fundação Araucária (doravante FA) ou o CNPq disponibilizam para pesquisadores acadêmicos, ou 45 bolsas para pesquisadores juniores.

O espaço deste texto é limitado para uma descrição pormenorizada e sua necessária compreensão, o que nos obriga a dispensar a crítica, temporariamente, e elevar o valor de professores, professoras e estudantes que, a despeito das dificuldades operacionais e objetivas, dispuseram-se a inaugurar os primeiros gestos da pesquisa acadêmica na FECILCAM.

A ausência de regulamentação e normas necessárias ao funcionamento do NUPEM não o desqualificou, tampouco impediu que diversas iniciativas conduzissem estudantes a procurar e ingressar em Programas de Pós-Graduação em nível de Mestrado. Ao participar de eventos em outras Universidades, conhecer outros programas, obrigar-se a apresentar trabalhos em eventos científicos, disciplinar-se na linguagem da literatura acadêmica, tanto estudantes como orientadores trouxeram para o interior da FECILCAM, a necessária contradição que engendra atividades.

Para se ter um panorama dos resultados, e, para auxiliar na reflexão sobre a importância da Iniciação Científica e seu entorno, basta comparar os signatários dos artigos e textos científicos da segunda e terceira Semanas de Iniciação Científica com os espaços públicos que os mesmos ocupam neste ano de 2009. Ou, se tomarmos o sumário do caderno de textos da III Semana de Iniciação Científica da FECILCAM, de 2002, na subárea de Análise Literária, por exemplo, dos seis trabalhos apresentados, três são assinados

por professoras que se encontravam na conclusão de seus trabalhos de mestrado proporcionados pelo movimento de 1997. No mesmo caderno, cinco, dos oito trabalhos na subárea de Geografia e Meio Ambiente, são assinados por ex-estudantes do curso de Geografia da FECILCAM, que se tornariam professores do mesmo curso em 2007.

Entretanto, a não institucionalização, com documentos, normas específicas, rituais próprios da democracia participativa, pode criar o efeito de um programa, ou projeto, tornar-se demasiadamente ligado a um ator específico e não ao conjunto da Instituição. Desaparecido o ator, fragiliza-se o programa ou projeto. Outra consequência da não tematização, ou do esvaziamento do conteúdo de um programa, é a falta de coesão em torno de um projeto, ou, a incapacidade de somar forças para mudar as condições materiais de sua existência. A falta de planejamento conduz ao espontaneísmo e à disputa fraticida por migalhas de recursos até para organizar um evento.

2005. Junho.

As circunstâncias de 2005 traziam, como novidade, os governos federal e estadual, operando sinalizações de recuperação das políticas de Estado, ainda que uma leitura de nossa parte, observando suas alianças pontuais, já antecipava a disputa que haveria em ambos governos, entre os que lutavam pelos espólios do neoliberalismo e os que operavam por um discurso centro-esquerdista.

No Paraná, uma retrospectiva rápida nos levará às eleições de 2002 e à mudança de discurso do governo eleito em relação ao anterior, a partir de 2003, que, pressionado pelo movimento interno do Ensino Superior, principalmente das Universidades, autoriza concurso público no final de 2005, após reestruturação da Carreira Universitária naquele mesmo ano.

A FECILCAM de junho de 2005 contava em seu corpo docente sessenta e seis professores efetivos, de um total de cento e dez. Isso correspondia a pouco mais que quarenta e nove por cento das aulas ministradas por efetivos. Do total, apenas trinta e seis docentes possuíam o regime de TIDE, o que correspondia a pouco mais de cinqüenta por cento.

Menos de dez por cento dos projetos de TIDE, depositados na Coordenação de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós- Graduação, se concentravam na pesquisa, o que nos oferece, por dedução, o quadro relativo aos projetos de Iniciação Científica.

Tais foram as circunstâncias até 2005, no NUPEM. Após a professora Zueleide Casagrande de Paula deixar a coordenação do NUPEM, em 2001, para dedicar-se ao doutorado, assumiu suas tarefas a professora Zilda Ferreira Leandro, que retornava do Mestrado. A partir de agosto de 2005, a coordenação do NUPEM passou a ser exercida por Elisângela Aparecida da Rocha, professora temporária do Departamento de Letras, ex-pesquisadora do Programa de Iniciação Científica da própria FECILCAM e concluinte do mestrado em Letras, na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Dada a temporalidade do contrato como professora, em 2007 a coordenação do NUPEM foi assumida pelo professor Frank Mezzomo, professor de Filosofia, doutorando em História e recém-contratado do Departamento de Ciências Sociais, com mais 20 professores e professoras aprovados em concurso no início de 2006, que ampliaram em mais de 30% o quantitativo de professores efetivos da FECILCAM.

Para efetivar, democraticamente, a participação de todas as áreas do conhecimento existentes na FECILCAM e para fazer frente à necessidade de concorrer a bolsas dos órgãos de fomento, passamos de um Comitê Assessor Local, nomeado pela direção, para outro, eleito por seus pares.

Correndo o risco de parecer autolaudatório, é preciso registrar que, ao mudar as condições físicas do espaço institucional do NUPEM, e condições materiais como computadores, equipamentos, passagens para eventos científicos, sala para reuniões, optamos por uma linha política que valoriza estrategicamente a pesquisa na FECILCAM. Não apenas como discurso para órgãos de governo, mas também como convicção da necessidade de ampliar horizontes dos jovens estudantes da graduação.

Ao descolar a FECILCAM do IMEPE, no que se refere à gestão administrativa ou à dependência de recursos financeiros, optamos também por convencer instâncias reguladoras do Estado, tanto executivas quanto legislativas, sobre a necessidade de se financiar a pesquisa também nas Faculdades, com recursos do Estado. Sem dúvida, a ação governamental de

destinar mais recursos para órgãos de fomento e de tomar como diretriz política a distribuição qualitativa de recursos do Estado contribui para a ampliação das nossas ações nos fins próprios do ensino superior: promover a pesquisa livre, realizar extensão do conhecimento produzido e dedicar-se ao ensino daquilo que a humanidade já produziu como saber.

Nestas condições, a disciplina do Comitê Assessor Local e a disposição política da coordenação do NUPEM são imprescindíveis para o atual estágio em que nos encontramos. E que estágio é esse?

Até 2007 não tínhamos bolsas para alunos pesquisadores. Financiava-se a participação em eventos e condições mínimas como disquetes para registro de textos ou fotocópias. A proposta de fortalecimento da pesquisa, que nos projeta para a criação e manutenção dos grupos de pesquisa, encontra na Iniciação Científica o fato pioneiro. É pela experiência do NUPEM que surgem as demais necessidades, no caso da pesquisa. A organização do Núcleo, com regulamentação da eleição para o Comitê Assessor, contemplando as áreas do conhecimento envolvidas, permite que todos os segmentos se sintam responsáveis, visto que há uma regularidade para reuniões deliberativas, previamente marcadas, com pauta específica e condições regulamentares de participação.

A partir da conquista de bolsas de iniciação junto à FA, em 2006, nossas primeiras cinco bolsas, surgiu a necessidade de organizar um evento para seleção dos projetos, a considerar tanto o mérito do trabalho quanto o currículo do orientador.

A novidade em 2008 foi a participação da FECILCAM na chamada da FA para a Iniciação Científica Júnior (ICJ). Dos nove projetos apresentados, oito foram contemplados com bolsa e isso ampliou a abrangência da pesquisa na FECILCAM. Somávamos, então, quatorze projetos financiados por órgão de fomento. Em agosto de 2008, passamos de sete para nove bolsas acadêmicas e, neste ano de 2009, a FECILCAM foi contemplada com doze bolsas da FA. Já em 2008, optamos, por sugestão do Comitê Assessor Local, por oferecer bolsas próprias da FECILCAM e efetivar a mudança que fizéramos na regulamentação de pós-graduação em 2006, garantindo uma bolsa de pesquisa pelo IMEPE para cada curso promovido em convênio com a FECILCAM.

Em 2009, após contatos pessoais junto aos gestores do CNPq, para apresentar os trabalhos da FECILCAM, temos a notícia de que receberemos oito bolsas para o período 2009-2010. Para tanto, foram fundamentais a exposição dos institutos de que dispomos para regulamentar a Iniciação Científica: regulamentos próprios, cronogramas de atividades, calendário, exigências na qualidade dos trabalhos, pareceristas, eventos, publicações. Enfim, critérios.

É de 2009 também a conquista de ampliação das bolsas da FA. A passagem de cinco para doze bolsas, em três anos, mais que dobra o alcance da FECILCAM.

Não se trata, certamente, apenas dos resultados. O distanciamento do olhar pode sugerir a naturalização da ordem dos acontecimentos e corre-se o risco de deslocar, da história, os sujeitos agentes. Circunstâncias não determinam o acontecimento sem a presença ativa dos humanos. Em dois anos e meio efetivamos uma maturidade que vinha se organizando desde 2007. Não sem dores, sem conflitos.

Ajuda a completar a cena do atual estágio o passo adiante que se deu em relação às Semanas de Iniciação Científica. Ao se converter em Encontro de Produção Científica e Tecnológica, ainda que organizado pelo Comitê Assessor Local do NUPEM, o evento amplia o alcance das atividades de pesquisa, convoca a comunidade externa à FECILCAM e se dirige para as escolas públicas de educação básica, ao incorporar os trabalhos da Iniciação Científica Júnior.

Um parágrafo que pudesse sintetizar a resposta à pergunta que fizemos sobre o atual estágio em que nos encontramos poderia ser enunciado nos seguintes termos: além dos efeitos imediatos que a Iniciação Científica produziu no interior da FECILCAM, com publicações, eventos e bolsas financeiras para alunos pesquisadores, o entorno cultural necessário para tal efetivação é que opera as verdadeiras mudanças nos humanos e nas condições imediatas de seus objetos. Trata-se de palestras, encontros, opiniões, debates, disciplina acadêmica, gêneros alternativos de atividades científicas, expectativas, motivações para ingresso em outros programas científicos e, especialmente, o desenvolvimento de uma inteligência que se apropria de práticas quase sempre negadas às

instituições de ensino superior que não portam a palavra Universidade, como é o nosso caso. Ou seja, cunhamos nossa entrada nos espaços da pesquisa universitária e, mantidas/ampliadas as condições atuais, o Programa de Iniciação Científica da FECILCAM será um dos importantes trunfos para a conquista da nossa Universidade. O outro é a Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Seria desonesto desconsiderar a maior presença de professores efetivos, a ampliação dos regimes de TIDE, a regulamentação da distribuição de aulas e também o maior aporte financeiro no orçamento da FECILCAM, que possibilita a contratação de estagiários, de serviços, organização de eventos. O concurso público para os professores, por exemplo, segundo relatório apresentado no final de 2008 pela PRODEPPEC (Pró-Diretoria de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura) da FECILCAM, oferece-nos um quadro de, aproximadamente, 80% do quadro efetivo com mestrado e doutorado.

A totalidade, como resultado e como condição, das ações da pesquisa e da extensão, tem garantido nossa inserção positiva no debate regional. Desta vez, porém, com o conteúdo antecipando o enunciado. São novos atores que a FECILCAM está ajudando a preparar para a humanidade. Como isso vai interferir nas mudanças necessárias para um outro mundo é um bom questionamento para os que vierem depois de nós.

Nota

¹ Professor do Departamento de Letras e Diretor da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão no período 2005-2009.

Referências

SARTORI, R.; CASEMIRO, S. AUTONOMIA/CIÊNCIA/FECILCAM/COMCAM: uma relação indissociável. In: SIC – *Revista da IV Semana de Iniciação Científica*. Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. Campo Mourão, 2003.

SAVIANI, D. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SIC – *Revista da III Semana de Iniciação Científica*. Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. Campo Mourão, 2002.